



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO

PA Nº 118/2019

ATA DA 3ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA

Data da reunião: 10 de dezembro de 2019

Horário: 9h às 12h

Local: Sala de reuniões da Presidência

No dia 10 de dezembro de 2019, às 9h05, reuniu-se na Sala da Presidência o Comitê de Governança e Gestão Participativa – CGOV, instituído pela Resolução Administrativa TRT 18ª nº 83/2018. Estiveram presentes os seguintes membros do CGOV: Desembargador-Presidente Paulo Pimenta; Desembargador Vice-Presidente e Corregedor Daniel Viana Júnior; Alexandre Valle Piovesan, Presidente da AMATRA XVIII; Celso Moredó Garcia, Juiz Coordenador do Comitê Gestor Regional da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição; Luciano Santana Crispim, Juiz de Cooperação; Gil César Costa de Paula, suplente do Desembargador Eugênio José Cesário Rosa; Thiago Domiciano de Almeida, Secretário-Geral da Presidência; Cleber Pires Ferreira, Secretário-Geral Judiciário; Robnaldo José Santos Alves, Secretário-Geral de Governança e Estratégia; Gustavo Melo Moraes, suplente do Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, Murilo de Barros Carneiro; Karla Souza Melo, suplente do Diretor da Secretaria da Corregedoria Regional, Marcelo Marques de Matos; Leopoldo Siqueira Múndel, suplente do representante da Ordem dos Advogados do Brasil Seção Goiás, José Humberto Abrão Meireles; e José Custódio Neto, suplente do Presidente da ASJUSTEGO, Joelson da Conceição Lisboa.

Registro as presenças de: Absayr Gonçalves Souza, Diretor da Secretaria de Cálculos Judiciais; Adnólia Pereira de Oliveira Aires, Chefe do Núcleo de Relações Institucionais e Cerimonial; Cássia Maria Sebba Kafuri, Diretora da Secretaria de Manutenção e Projetos; Elton José Boulanger da Silva, Diretor da Divisão de Segurança Institucional; Fabíola Rios Monteiro Barbosa, Chefe da Gerência de Assistência da Diretoria-Geral; Flávia Ferreira Souza, Chefe da Gerência de Administração Orçamentária e Financeira; Flávia Ramos Queiroz Oliveira, Chefe de Serviço da Secretaria-Geral de Governança e Estratégia; João Hélio Martins Júnior, Chefe da Gerência de Planejamento e Projetos; Juliana Soares Guimarães, Chefe Substituta da Gerência de Saúde; Lara Cristina Necessian de Barros, Chefe da Gerência de Responsabilidade Socioambiental; Lídia Barros Necessian, Diretora da Coordenadoria de Comunicação Social; Luciano Henrique da Silva Pessoa, Diretor da Secretaria de Recursos de Revista; Luciano Teles Vieira, Chefe de Gabinete do Procurador-Chefe do Ministério Público do Trabalho em Goiás, Tiago

Ranieri de Oliveira; Máisa Bueno Machado, Diretora da Secretaria de Licitações e Contratos; Marcos Balduino de Oliveira, Diretor da Secretaria de Auditoria Interna; Marcos dos Santos Antunes, Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças; Marina Junqueira Cançado, servidora da Gerência de Saúde; Mateus Vargas Mendonça, Chefe do Núcleo de Planejamento e Desenvolvimento de Pessoal; Paula Rejane S. Guimarães, Chefe do Setor de Apoio à Governança de Pessoas; Pherilene Felisbino Duarte, servidora da Ouvidoria; Rafael Ramos Tavares, Chefe da Seção de Acompanhamento de 1º e 2º Graus; Thaís Artiaga Esteves Nunes, Chefe da Gerência de Execução de Procedimentos Licitatórios; Tiago André de Freitas, Assessor do Gabinete da Vice-Presidência; Wilane Carlos da Silva Massarani, Diretor da Divisão de Estatística, Pesquisa e Inovação.

O Desembargador-Presidente abriu a reunião cumprimentando os presentes e, em seguida, passou às discussões sobre os itens constantes da pauta:

1) Apreciação da Minuta de Resolução sobre a Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (PA 24113/2015)

A chefe substituta da Gerência de Saúde, Juliana Soares Guimarães, apresentou os principais pontos da Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do TRT da 18ª Região, destacando que hoje temos dois grandes desafios: o primeiro é o atendimento médico, pois hoje a unidade de assistência médica conta com um quadro reduzido, sendo necessária uma mudança de cultura, já que com a atual quantidade de médicos fica difícil atender familiares de servidores e o público externo. O segundo desafio é o cumprimento da Resolução CSJT nº 141/2014 (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO), que não estamos atendendo por limitação orçamentária e de pessoal.

Além disso, ressaltou que para a execução do serviço de medicina ocupacional o ideal seria ter um médico “da casa”, que inclusive poderia se somar à equipe dos médicos assistentes, ocasião em que o Dr. Paulo Pimenta informou que a Presidência está trabalhando com a Diretoria-Geral para conseguir esse profissional para 2020, por meio de cessão de outro órgão público.

Ao final, **deliberou-se pela aprovação da Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região**, que será submetida ao Tribunal Pleno.

2) 3ª RAE de 2019

Foram apresentados os resultados dos indicadores do Plano Estratégico do TRT 18, as iniciativas que estão contribuindo para a melhoria dos números, bem como as análises críticas de cada resultado obtido.

Os indicadores da área-fim foram apresentados pelo Diretor da Divisão de Estatística, Pesquisa e Inovação e os demais pelos titulares das unidades responsáveis pelo cumprimento das metas.

Indicadores da área-fim

Índice de processos julgados
O índice acumulado até o mês de novembro para o 1º grau é de 104,2% e para o 2º grau é de 98,3%. Consolidados os dois graus de jurisdição, o índice é de 102,8%. Foi registrada preocupação com o não alcance da meta, tendo em vista que o 1º grau vem apresentando uma queda do índice desde setembro, por falta de processo para julgar.

Índice de Processos Antigos Julgados
No 1º grau a meta foi atingida no mês de fevereiro (92,9%). O índice acumulado até o mês de novembro é de 98,7%. Faltam 355 processos de 2017 para serem julgados. No 2º grau a meta já foi alcançada no mês de janeiro (95%) e o índice acumulado até o mês de novembro é de 97,1%. O índice consolidado dos 1º e 2º graus até o mês de novembro é de 98,5%, acima da meta (92%). O Desembargador-Presidente solicitou um estudo para apurar a situação do Tribunal quanto a esta meta para 2020. O Secretário-Geral Judiciário fez um destaque ao relatório de prazo médio de pendência, que visa a medir o prazo médio de todo acervo pendente, garantindo controle, de forma específica, dos processos antigos.

Índice de Conciliação (fase de conhecimento)
O índice obtido até o mês de novembro é de 50,4%, batendo a meta de 45% (cláusula de barreira) e, até mesmo, a meta de 50,17% (sem cláusula de barreira).

Índice de Execução
O índice acumulado até o mês de novembro é de 106%. O índice obtido em novembro, 311,9%, decorre da autorização para que os processos com acordos homologados na execução fossem sobrestados (decisão interna do

nosso TRT), fazendo com que saiam da meta, bem como da desconsideração dos processos contra devedores em recuperação judicial ou falência.

O Secretário-Geral Judiciário destacou que o alto índice de novembro também se deve ao fato de que foi nesse mês que todos os processos de falência e recuperação judicial foram retirados da meta, bem como ao envio às unidades judiciárias de 1º grau de relatório de processos que entraram na meta e não saíram, para análise da possibilidade de sobrestamento ou arquivamento provisório.

Índice de Ações Coletivas Julgadas

No 1º grau a meta foi atingida (índice de 98,9% até novembro). Atualmente constam na base 2 processos distribuídos até o final de 2016 ainda pendentes de julgamento. Não existem processos suspensos que podem entrar na meta em dezembro deste ano.

Dr. Paulo Pimenta pediu à servidora Karla Melo que solicite ao Diretor da Secretaria da Corregedoria Regional para entrar em contato com a juíza da 10ª Vara do Trabalho de Goiânia para sentenciar a ACP 0011655-59.2013.5.18.0010, que já está conclusa para julgamento.

Para 2020, existem 5 ações coletivas pendentes no 1º grau, o que indica o cumprimento da meta, que será de 95%.

No 2º grau a meta está alcançada desde o mês de janeiro (índice de 100%).

Índice de redução do acervo dos maiores litigantes

No 1º grau a meta vem sendo alcançada (104,8% até o mês de novembro de 2019).

Nos dois últimos meses, estamos tendo uma queda preocupante neste índice, período em que houve distribuição de uma grande quantidade de processos envolvendo os 10 maiores litigantes do Tribunal, sobretudo na Vara do Trabalho de Uruaçu, que recebeu 500 processos de setembro a novembro.

No 2º grau a meta não está sendo alcançada (80,2% até novembro).

Na consolidação dos 1º e 2º graus estamos com 96,4% até novembro.

O Secretário-Geral Judiciário ressaltou que, não obstante exista a ferramenta Hórus 18, em sua tela de Processos Pendentes, que traz o relatório específico por gabinete e por maior litigante, aparentemente não é realizado um trabalho pontual, por parte dos gabinetes, direcionado ao cumprimento desta meta.

O Desembargador-Presidente ressaltou que os juízes estão sendo sensibilizados e que, para 2020, será necessário fazer uma sensibilização com o 2º grau.

Tempo médio de duração do processo na 1ª instância

A meta está sendo atingida, com média de 107 dias até o mês de novembro.

Tempo médio de duração do processo na 2ª instância

A média até o mês de novembro é de 123 dias. Com a inclusão da cláusula de barreira (139 dias) o Tribunal está cumprindo a meta.

Verificou-se uma ligeira queda na distribuição no 2º grau, em relação ao mesmo período de 2018 (janeiro a novembro), em torno de 4,5%, o que pode ter causado a diminuição no prazo médio.

Indicadores da Área Administrativa

Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado

A meta nacional para este indicador é de 64,63%, entretanto o TRT18 estabeleceu para si a meta de 80%. A medida obtida até o mês de novembro foi de 38,32%

O desempenho alcançou 52,26% da meta Regional, de 80%, e 64,69% da meta nacional, de 64,63%. Estima-se o crescimento do desempenho da meta com a atualização das dotações orçamentárias e a execução projetada para o mês de dezembro, contudo não será possível atingi-la.

Excluindo o orçamento destinado ao projeto “Construção do Complexo Trabalhista do TRT da 18ª Região”, o percentual de execução orçamentária alcançaria 89,23% da meta acumulada prevista para o mês de novembro, considerando a meta Regional, de 80%, e 110,45% da meta nacional, de 64,63%.

Dr. Paulo Pimenta registrou o trabalho do Comitê Orçamentário de Primeiro Grau, que atua efetivamente e contribui para a Administração tomar as melhores decisões. Destacou, também, o trabalho da Comissão de Eficiência de Gastos e Logística Sustentável.

Índice de Cumprimento das Metas Previstas no Plano de Logística Sustentável

Das metas previstas no Plano de Logística Sustentável, referentes ao consumo de combustível, copos descartáveis, água, resmas de papel, energia elétrica, telefonia e da realização de curso relacionado ao tema da educação socioambiental, aquela relacionada ao consumo de combustível não foi alcançada em nenhum trimestre de 2019. Já a meta do consumo de água não foi atingida no terceiro trimestre, mas, no

acumulado, está cumprida. No consolidado, o índice de cumprimento das metas previstas no PLS está em 121,14%, superando a meta de 90%.

Lara Barros comunicou que perdemos pontos no Prêmio CNJ de Qualidade em razão do consumo de copo descartável. A esse respeito, o Secretário-Geral de Governança e Estratégica informou que a Comissão de Eficiência de Gastos e Logística Sustentável proporá medidas de redução do copo descartável no Tribunal.

Quanto ao combustível, diversos fatores vêm influenciando o aumento do seu consumo. Diante disso, a Gerência de Transportes realizará um diagnóstico do uso dos veículos, de forma a identificar os pontos de maior consumo. Após, apresentará os resultados para a Comissão de Eficiência de Gastos e Logística Sustentável.

Dr. Paulo Pimenta observou que, apesar do alto consumo de combustível, o Tribunal economiza com passagens aéreas, o que talvez seja mais interessante. Noticiou que, em 2020, a Presidência e a Corregedoria utilizarão veículo a diesel, o que deve diminuir os litros de combustível.

Em relação ao consumo de água, o Desembargador-Presidente destacou que as Varas do Trabalho de Catalão, Formosa e Rio Verde estão com obras em andamento e que a Vara do Trabalho de Goiatuba conta com uma área de jardinagem grande, exigindo um consumo maior de água.

Cleber Pires citou, também, que a Vara do Trabalho de Caldas Novas teve um vazamento considerável.

Após, o Dr. Celso Moredo Garcia questionou se há algum estudo de utilização de energia solar em nosso Tribunal. A Diretora da Secretaria de Manutenção e Projetos, Cássia Kafui, informou que colocaremos energia fotovoltaica no edifício Ialva-Luza. Já no Fórum Trabalhista, não há espaço no telhado para colocar as placas. Acrescentou que há uma comissão coordenada pelo diretor-geral da 23ª Região para realizar estudos de viabilidade para implantar o sistema fotovoltaico em todos os Tribunais, incluindo as Varas do interior.

O Desembargador Vice-Presidente ressaltou que temos terrenos ociosos que podem ser utilizados para isso.

Índice de edificações da JT que possuem acesso à pessoa com deficiência

A medida até o mês de novembro é de 89,12%. Com a reforma da Vara do Trabalho de Formosa, com aumento de área, subimos o índice e alcançamos a meta.

Quantidade de Novas Edificações Concluídas

A meta é de duas novas edificações. Não houve, entretanto, nenhuma edificação nova realizada este ano. Havia a previsão de construção de 2 novas sedes para as Varas de Rio Verde e Formosa, mas como não houve orçamento suficiente, optou-se por realizar reformas nas sedes existentes. Diante disso, a meta estabelecida para este indicador não será cumprida.

Quantidade de unidades ampliadas e modernizadas

A meta era de 1 edificação. Foi realizada reforma no Posto Avançado de Iporá e estão sendo executadas mais 4 obras, nas Varas do Trabalho de Formosa, Catalão, Rio Verde e Anápolis, estando em fase de conclusão, em Formosa, e de recebimento, nas demais.

Índice de Qualidade de Vida no Trabalho

Na pesquisa realizada em 2018 o índice obtido foi 78%, bem acima da meta estipulada de 68%.

Na última RAE, foi aprovada a realização de nova Pesquisa de Clima Organizacional, pelo método quantitativo, no 1º semestre de 2020. A nova meta para este indicador será apresentada após alinhamento inicial com a empresa a ser contratada para a Pesquisa de 2020.

O primeiro passo para tal contratação é o alinhamento com a Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral no sentido de se contratar a empresa especializada Carvalho e Mello, em razão da peculiar qualidade do serviço por ela ofertado.

iGov

Em 2018, atingimos o índice de 65% e cumprimos a meta: nível intermediário. Em 2019, não houve levantamento integrado de governança, mas a SGGOVE conduziu internamente uma simulação e verificou que o resultado aproximado seria de 79,8%, o que demonstra que a meta seria alcançada, atingindo o nível aprimorado $\geq 70\%$.

Algumas ações contribuíram para a melhoria do índice, como a Política de Combate a Fraudes e Corrupção e o Plano de Dados Abertos.

No próximo ano, o TCU modificará o questionário do levantamento integrado de governança. Será feita uma simulação do iGov 2020 baseada na consulta pública do TCU para adoção de eventuais medidas necessárias.

iGovPessoas

Em 2018, obtivemos 53% e, em 2019, a simulação apontou um resultado de 59,5%, o que demonstra que a meta seria cumprida ($40\% \leq$ intermediário $< 70\%$).

As iniciativas constantes do COLABORA (Plano de Gestão de Pessoas) contribuirão para aumentar o grau de maturidade.

Também será feita uma simulação do iGovPessoas 2020 baseada na consulta pública do TCU para adoção de eventuais medidas necessárias.

iGovTIC-JUD

Aferido pelo CNJ, é um dos requisitos do Prêmio CNJ de Qualidade. Em 2019, obtivemos pontuação de 0,86 (Aprimorado), cumprindo a meta estabelecida para nosso Tribunal, de 0,85, dentro da faixa “Aprimorado”, que vai de 0,70 a 0,89. Para 2020, nosso desafio é atingir 0,90 (Excelência).

A posição relativa do nosso Tribunal entre outros órgãos do Poder Judiciário, que vinha caindo desde 2017, melhorou de 2018 para 2019.

Será proposto novo plano de trabalho incorporando as três iniciativas do plano atual que não foram concluídas e sugerindo melhorias em outras práticas, de forma a atingir a meta estabelecida para 2020.

iGovTI

Em 2018, o resultado foi de 0,73 (Aprimorado) e, em 2019, a nota estimada é de 0,85 (Aprimorado). O índice subiu sensivelmente, mas, por enquanto, não haverá alteração da meta. Primeiro será feita a simulação do levantamento 2020 e, conforme for o resultado, haverá proposta de alteração da meta.

Na elaboração do plano de ação para melhorias do iGovTIC-JUD também serão consideradas as peculiaridades das práticas avaliadas pelo TCU, acarretando aumento do iGovTI.

Índice de Agilidade na Tramitação dos Processos Administrativos de Aquisição de Bens e Serviços

A meta é de 75%. O índice obtido até novembro é de 63%.

Tivemos uma evolução boa no terceiro trimestre (78%), mas como nos outros trimestres nossos resultados não foram tão bons possivelmente não atingiremos a meta. Assim, a intenção é ultrapassar o resultado de 2018, de 68%.

A criação do Comitê de Contratações trará muitos benefícios, porque permitirá a priorização de demandas e uma melhor comunicação do planejamento da SLC e da STI.

Dr. Paulo Pimenta destacou o sucesso na licitação da última etapa do Complexo Trabalhista, bem como o insucesso de impugnação realizada perante o TCU por empresa que concorreu no certame, frutos da qualidade do serviço da Secretaria de Manutenção e Projetos e da Secretaria de Licitações e Contratos, parabenizando o trabalho dessas áreas.

Tempo Médio de Duração dos Processos de Pedido de Concessão de Benefício a Magistrados

O tempo médio calculado até novembro é de 10 dias, batendo a meta de 15 dias. Em que pese o resultado positivo, Karla Melo, suplente do Diretor da Secretaria da Corregedoria Regional, propôs a manutenção da meta em 15 dias, sobretudo em razão dos processos de aposentadoria, que são longos e demandam alto grau de especialização e técnica. Deliberou-se pela manutenção da meta.

Taxa de Processos de Pedido de Concessão de Benefícios a Servidores Solucionados no Prazo
--

Com a inclusão dos pedidos de licença-saúde, o resultado é de 87,42% solucionados no prazo e, sem a inclusão, de 86,80%. Ambos estão cima da meta estipulada (71%).
--

Taxa de Solução de Processos

Os resultados obtidos até o momento são: 92,40% (sem contabilizar os pedidos de licença-saúde) e 91,39% (com os pedidos de licença-saúde), abaixo, portanto, da meta fixada (93%).

Taxa de Processos Antigos
--

O resultado obtido foi 100% (sem os processos referentes a licença-saúde), cumprindo a meta de 100%. Considerando os processos de licença-saúde o índice ficou em 96,59%, abaixo da meta.
--

Coeficiente de acessibilidade à jurisdição

O resultado alcançado é de 27,47 km, número aproximado, porque o dado correto depende da divulgação de estimativa de população de 2018 pelo IBGE.
--

Existe uma preocupação com o pedido de não realização de justiça itinerante em Cristalina. Por tal razão, as Varas do Trabalho estão sendo consultadas para verificar se há novos interessados.
--

Dr. Paulo Pimenta complementou que, se não houver interessados, tentaremos continuar a fazer justiça itinerante em Cristalina, ainda que com outro magistrado.

Grau de alcance das metas
--

Indicador que resulta do cumprimento das demais metas. Até novembro atingimos 61 pontos, ultrapassando a meta de 55.

3) Acompanhamento dos projetos estratégicos

O Chefe da Gerência de Planejamento e Projetos, João Hélio Júnior, afirmou que neste ano 48 projetos estratégicos tramitaram no Tribunal, sendo que 12 iniciaram em gestões anteriores (5 encerrados e 7 em andamento) e 36 constam no Plano de Gestão 2019/2021 (31 em andamento, 4 não iniciados e 1 encerrado).

Em seguida, apresentou o grau de execução de cada um dos processos em andamento.

Finalizados os itens da pauta, José Custódio Neto, suplente do presidente da ASJUSTEGO, sugeriu que, uma vez ao mês, as informações de grau de cumprimento das metas fossem disponibilizadas nos monitores dos computadores dos servidores das Varas do Trabalho, com os resultados da unidade e do Tribunal. O CGOV não acolheu a sugestão por entender que o ideal é conscientizar os servidores para acessarem o sistema Hórus 18.

Posteriormente, o Dr. Luciano Crispim solicitou um levantamento dos resultados das metas do CNJ e CSJT antes do término do mês de dezembro de forma que as unidades tenham tempo hábil de tomar medidas, se for o caso. **Ficou deliberado que os dados serão apurados e disponibilizados no sistema Hórus 18 até, no máximo, dia 13/12.**

Por fim, o Desembargador-Presidente agradeceu a todos pela dedicação e empenho nos trabalhos, o que possibilitou ao Tribunal a premiação na categoria Ouro no Prêmio CNJ de Qualidade, que foi reformulado neste ano, possuindo novos critérios de pontuação e comparação com outros Tribunais.

Sem mais discussões, a reunião foi encerrada às 12:20h. Eu, Flávia Ramos Queiroz Oliveira, Chefe de Serviço da Secretaria-Geral de Governança e Estratégia, lavrei esta ata, que foi assinada por mim e pelos membros do CGOV.

ASSINATURAS

[Documento assinado eletronicamente por]

FLÁVIA RAMOS QUEIROZ OLIVEIRA

CHEFE DE SERV. FC-5

PAULO SÉRGIO PIMENTA

DESEMB. PRES. DE TRIBUNAL

ROBNALDO JOSÉ SANTOS ALVES

SEC. GERAL GOVERNANÇA CJ-4

GUSTAVO MELO MORAIS

CHEFE DE NÚCLEO FC-6

LUCIANO SANTANA CRISPIM

JUIZ TIT DE VARA DO TRABALHO

GIL CÉSAR COSTA DE PAULA

DIR DIV CJ-01

THIAGO DOMICIANO DE ALMEIDA

SEC GERAL PRES CJ4

CLEBER PIRES FERREIRA

SEC GERAL JUD CJ-4

DANIEL VIANA JÚNIOR

DESEMB. VICE PRES. TRIBUNAL

JOSÉ CUSTÓDIO NETO

DIR DE SECRET-CJ-3

CELSO MOREDO GARCIA

JUIZ TIT DE VARA DO TRABALHO

ALEXANDRE VALLE PIOVESAN

JUIZ DO TRABALHO SUBSTIT

KARLA SOUZA MELO

ASSIST ADM FC-03

LEOPOLDO SIQUEIRA MÜNDEL

Goiânia, 8 de janeiro de 2020.